

# LÍNGUAS DE FRONTEIRA, FRONTEIRAS DE LÍNGUAS: DO MULTILINGUISMO AO PLURILINGUISMO NAS FRONTEIRAS DO BRASIL

Languages in Frontiers, Border between Languages: From Multilingualism to Plurilingualism in the Brazilian Frontiers

Gilvan Müller de OLIVEIRA\*

**Resumo:** O texto situa as línguas e as políticas linguísticas no quadro do soft-power dos Estados e das suas políticas de monolingüajamento. Apresenta e discute, em seguida, o multilingüismo regional e algumas práticas linguísticas características de regiões de fronteira, como o code-switching (alternância de códigos), o diálogo bilíngüe e as interlínguas. Faz contrastar, finalmente, o multilingüismo, como um conceito descritivo da presença e do uso de várias línguas numa região, e o plurilingüismo, como situação de valorização positiva do multilingüismo.

**Palavras-chaves:** Fronteira, multilingüismo, plurilingüismo.

**Abstract:** This paper analyses languages and language policies asoft-powerin the framework of the State's geopolitics and its monolingual policies. The text presents and discusses, then, the regional multilingualism and linguistic practices of border regions, such as code-switching, bilingual dialogue and interlanguage. Finally, it contrasts multilingualism as a descriptive concept for presence and use of several languages in a region, and plurilingualism as a positive evaluation of multilingualism.

**Key-words:** Border, multilingualism, plurilingualism.

## Introdução

Fronteiras são fator e contingência da existência dos Estados Nacionais e, antes deles, com menor precisão, de diversos tipos de ordens sociais, das *tribos* aos *impérios multiétnicos*. Marcam o alcance de um poder, permitem medir a capacidade de imposição da violência legítima, definem a inclusão e a exclusão, o dentro e o fora, são o termômetro para as mudanças na balança da hegemonia. Definem, enfim, uma grandeza essencial para a existência humana: o território.

Fronteiras são (continuamente) modificadas para refletir alterações na capacidade de um centro hegemônico em impor a sua ordem. Assim, houve um tempo em que o Uruguai fez parte do Brasil; noutra momento, durante dez anos, o Rio Grande do Sul não fez parte do Brasil. Num momento específico, a fronteira mudou de lugar e incluiu o Acre,

\* Linguista, professor doutor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisador do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL) em Florianópolis, Brasil. E-mail gimioliz@gmail.com

antes pertencente à Bolívia. Dom João VI anexou a Guiana Francesa, em represália à invasão de Portugal por Napoleão, permitindo que o Brasil chegasse ao limite meridional do Mar das Caraíbas, para devolvê-la à França uns anos depois, após o Congresso de Viena.

A definição das fronteiras cresceu continuamente em precisão à medida em que melhorou o conhecimento do território dos confins, melhoraram os instrumentos técnicos de medição, de fixação de informações cartográficas, e de implementação dos acordos internacionais. Aumentou com o tempo a intolerância internacional para com as aventuras de alargamento unilateral das fronteiras, cresceu o interesse dos Estados em fixar os seus limites *de uma vez por todas*, para ter a segurança necessária para se dedicar a outros tipos de incremento e projeção do poder.

O Brasil atribui ao Barão do Rio Branco o estatuto de um herói nacional, porque foi o grande responsável por tirar da agenda política do país os conflitos territoriais de fronteira. Manuseando um impressionante acervo documental sobre ocupação territorial, colonização, acordos e tratados diplomáticos passados, o Barão do Rio Branco negociou uma a uma, no começo do século XX, as pendências territoriais com os países vizinhos, estabeleceu mediações de terceiros países para a tomada das decisões, ganhou muitos quilômetros quadrados para o Brasil e perdeu também alguns, quando a arbitragem assim o decidiu.

Ao contrário de muitos dos países vizinhos, então, as crianças brasileiras não aprendem na escola que há territórios que o Brasil “perdeu” e que precisam ser recuperados, ao contrário dos argentinos, que aprendem que *las Malvinas son argentinas*, ou dos bolivianos, que continuam ensinando aos alunos que o país precisa abrir novamente o seu caminho *hacia el mar*, ou a Venezuela, que recentemente incluiu mais uma estrela na bandeira, referente ao Essequibo, território que compreende quase a metade do país vizinho, a Guiana. O Estado brasileiro, assim, pode transmitir a impressão da naturalidade do seu território e naturalizar a ideia de que o país sempre foi igual a si mesmo, sempre possuiu e dominou um território, mais especificamente *este* território.

Isso não quer dizer que o Estado Brasileiro não atue nas fronteiras, mas apenas que achou vantajoso tirar de cima da mesa potenciais conflitos que pudessem, em alguma conjuntura, unir os países falantes de espanhol contra o Brasil, o que poderia levar, eventualmente, a grandes perdas territoriais. Um cálculo *geopolítico*, portanto, da diplomacia brasileira, que se adiantou a muitos potenciais conflitos, e tratou cada caso separadamente, de modo bilateral.

Geopolítica é um campo de conhecimento multidisciplinar, mas que se utiliza principalmente da teoria política e da geografia, sempre considerando que “o Estado é um organismo territorial”. O termo foi criado pelo cientista político sueco Rudolf Kjellén, no início do século XX, inspirado pela obra *Politische Geographie*, de Friedrich Ratzel, de 1897 (FERNANDES, 2015).

A geopolítica se preocupa com a projeção do poder, o que implica também em evitar que os outros projetem o seu poder sobre nós. Define modernamente dois campos para esta projeção do poder: o *hard power* e o *soft power*, isto é, o *poder duro* e o *poder brando*.

O *hard power* é frequentemente agressivo, baseado na coerção, e é mais efetivo quando imposto por um corpo político sobre outro menos poderoso. *Hard power* contrasta com *soft power*, que advém do uso da diplomacia, da cultura, da história, das línguas... para mudar as condições de trato com outro corpo político... em nosso favor.

Para além da política de *hard power* realizada pelo estacionamento de tropas das forças armadas nas fronteiras e do peso dos interesses econômicos brasileiros nos países vizinhos, por exemplo, que influenciam de várias formas o comportamento desses países, o Brasil realiza várias políticas de *soft power*, desde marcar com símbolos onde o país começa até manter escolas monolíngues em português no espaço multilíngue da fronteira ou transmitir nas rádios e televisões apenas em português. Assim, o objetivo deste texto é situar as línguas e as políticas linguísticas no quadro do *soft-power* dos Estados e das suas políticas de *monolingüajamento*

## O *Soft Power* do Estado brasileiro

Vigora, no cotidiano das fronteiras, a atuação do *soft power* do Estado Brasileiro, que se manifesta fortemente no *jogo das identidades* com as quais os brasileiros se movem, isto é, as ideologias que são adotadas e as práticas cotidianas, inclusive *práticas linguísticas*, que elas geram.

Uma das ideologias mais fortes do *soft power* brasileiro é a ideia de que brasileiro fala português, e mais do que isso: só português. Enquanto os paraguaios tem que aprender português para trabalhar no Shopping China, em Ponta Porã, uma parte importante dos brasileiros acha natural, por exemplo, passar para outro país e continuar falando português.

A ideia de que faz parte da identidade nacional falar português e somente português foi herdada pelo Brasil dos modos de construção do Estado Português, do qual o Estado brasileiro é uma transposição para outra base geográfica: um nacionalismo linguístico que marcava a fronteira em relação a tudo o que era hispânico, por exemplo, e ajudava o pequeno retângulo que é Portugal a se defender da poderosa vizinha, a Espanha. Mas que atuou também em negar e proibir a língua dos judeus e dos árabes no seu território, confinados, finalmente, nas *judiarias* e nas *mourarias*, línguas estas que acabaram desaparecendo de Portugal, como mostra Faraco (2016, p. 25-6).

Para impor esta ideologia e tornar o brasileiro efetivamente monolíngue em português, o Estado brasileiro atuou com violência e persistência na destruição das línguas indígenas, africanas, de imigração e até no descrédito e na repressão às línguas de sinais dos surdos. Nenhum outro Estado latino-americano atuou com mais violência do que o Brasil nesse sentido, história que está detalhada no meu texto *Plurilinguismo no Brasil* (OLIVEIRA, 2008).

Por esta e outras razões, que cumpre continuar investigando, em geral o brasileiro fala menos o espanhol e outras línguas da fronteira, como o guarani, do que os vizinhos falam o português, que circula dentro dos outros países, em algumas situações até a rincões muito distante das fronteiras, como ocorre no Uruguai e no Paraguai, em ambos por razões diferentes.

No Uruguai o português é falado desde o século XVII, e mais fortemente desde o século XIX, porque a fronteira política não coincidiu com as fronteiras linguísticas, isto é, porque na hora de estabelecer a linha fronteiriça definitiva uma grande população falante de português ficou do outro lado, ainda em meados do século XIX, dando origem ao português uruguaio, que já foi chamado de *Dialectos Portugueses del Uruguay* (DPU), de *brasileiro*, *cambão* ou *portunhol*, dependendo da época ou da abordagem ideológica.

No Paraguai, ao contrário, a presença da língua portuguesa em vários departamentos [*províncias*] é muito mais recente: está relacionada à expansão da frente agrícola do Paraná, que levou habitantes do sul do Brasil, sobretudo do Rio Grande do Sul, a adquirir terras no interior do Paraguai, especialmente em Canindeyú e Alto Paraná, em lugares até bem longe das fronteiras, dando origem a uma população que chamamos hoje de *brasiguaios*, e que ultrapassa já, para alguns autores, as 350 mil pessoas e, para outros, as 500 mil pessoas. Ambos os casos mostram a não equivalência entre língua e território, entre *fronteira política* e *fronteira linguística*.

## A língua portuguesa nas fronteiras brasileiras

Assim, em quase todas as fronteiras, com algumas exceções, a língua portuguesa adquire importância grande dentro dos territórios vizinhos, seja em decorrência de uma maior mobilidade populacional do Brasil, que gera fenômenos como o dos *brasiguaios*, seja em função da presença temporária de brasileiros, como compradores do comércio de fronteira, como jogadores de cassinos – prática proibida no Brasil – ou como estudantes universitários (de medicina, principalmente) em instituições privadas argentinas, paraguaias ou bolivianas, como ocorre em Santo Tomé, na província argentina de Corrientes, e até em práticas inesperadas, como a que aconteceu um tempo em Pacaraima, em Roraima, que faz fronteira com Santa Elena de Uairén, na Venezuela: o município mandava um ônibus escolar diariamente buscar crianças dentro do território venezuelano para frequentarem regularmente a escola municipal do lado brasileiro, com o que crianças brasileiras e venezuelanas levavam diariamente o português para dentro do território venezuelano. Finalmente, as televisões brasileiras são assistidas em português por argentinos, uruguaios, paraguaios, bolivianos, etc., mas o inverso não acontece na mesma proporção...

Também o espanhol e outras línguas dos países vizinhos, como o guarani ou o quechua, circulam pelo Brasil, em outros contextos, como por exemplo, nos bairros em que vivem as comunidades bolivianas em São Paulo (SILVA, 2006).

As múltiplas interações entre falantes de línguas diferentes nos autoriza a falar de *práticas linguísticas de fronteira*, para além simplesmente das línguas de fronteira. Apesar então da força do *softpower* dos Estados para homogeneizar linguisticamente a população dentro do território, isto é, para “monolingualizar” os cidadãos em particular e os habitantes de modo geral (isto é, os não-cidadãos residentes), uma contra-força está permanentemente em ação que escapa a este poder, que diversifica, que multilingualiza o espaço de circulação e de vida na fronteira.

Tomemos um exemplo: o IPOL<sup>1</sup>, através do Projeto Observatório da Educação na Fronteira (OBEDEF), mapeou as línguas faladas em comunidades escolares de Epitaciolândia (AC) e Guajará-Mirim (RO), na fronteira Brasil-Bolívia, e de Ponta Porã (MS) na fronteira com o Paraguai. Perguntou às famílias sobre os filhos em idade escolar nas escolas participantes do projeto:

Em que língua a criança aprendeu a falar? Que língua fala em casa? Quando o aluno está doente, quem cuida dele fala em que língua? Quando quem cuida do aluno está brabo, em que língua fala com ele? Que língua(s) fala fora de casa? (SAGAZ; MORELLO, 2014).

Resultou desta pesquisa um mapa: na comunidade escolar de Epitaciolândia, no Acre, foram encontrados nas escolas falantes de espanhol (também chamado de castelhano e espanhol boliviano), alemão, italiano, libras, e português; em Guajará-Mirim predominaram os falantes de várias línguas indígenas, como as línguas Jaboti, Kanoê, Macurap, Tupari, Zoró e Wari Oro-Eo (além das variedades Oro-Mon, Oro-Nao, Oro-Waram e Oro-Win). Em Ponta Porã, finalmente, são outra vez as línguas de imigração que dominam o quadro, bem mais multilíngue que os dois primeiros municípios: alemão, espanhol (outra vez com vários nomes), coreano, guarani (também com os nomes jopará e paraguaio), inglês, italiano, português eportunhol...

No âmbito então deste multilinguismo local e regional, para além de podermos dizer que lá circulam várias línguas, podemos dizer também, talvez até mais acuradamente, que circulam diferentes *práticas linguísticas*, usadas em situações sociolinguísticas específicas. Não só vivem e habitam a fronteira diferentes *comunidades linguísticas*, que pluralizam os espaços nos dois lados das fronteiras, e que são falantes das línguas acima citadas e muitas outras, mas também diferentes *comunidades de práticas (linguísticas)*, ou *comunidades de fala*, que usam em sua vida cotidiana mais de uma língua, em diferentes combinações, porque afinal de contas, como diz Richard Ruiz (1984), *línguas são recursos*: recursos identitários, recursos comunicacionais e epistemológicos, recursos políticos e econômicos.

Ser da fronteira, portanto, é pertencer a uma comunidade de prática: em muitos casos aquela que usa, em maior ou menor grau, diferentes línguas em contextos adequados, alternando-as, ou conversando em mais de uma língua concomitantemente, mesmo que às vezes apenas passivamente, e mesmo que às vezes a contragosto. É pertencer, portanto, a mais de uma comunidade linguística, o que coloca vários problemas para as identidades pessoais construídas sob a orientação de Estados monolíngues.

Assim, em 2004, a equipe do Ministério da Educação argentino responsável pelo arranque do *Projeto de Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira* (PEIBF),

produto de acordo entre os Presidentes Nestor Kirchner, da Argentina e Lula da Silva, do Brasil, visitou a Escola Verón, a poucos quilômetros da ponte que separa Paso de los Libres, em Corrientes, Argentina, de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, e perguntou para a diretora da escola: “as crianças da escola falam português?”, ao que prontamente a diretora respondeu, com orgulho, que não, que “na escola apenas autorizamos que elas falem espanhol”.

Constatou-se depois que as crianças sim, em sua maioria, falavam português, em diferentes graus de proficiência, que viam desenhos em português na televisão brasileira, que passavam a fronteira muitas vezes com os pais ou parentes, que muitas eram frutos de casamentos mistos entre brasileiros e argentinos e, às vezes, inclusive, tinham facilidade de se considerarem tanto de uma quanto de outra nacionalidade.

A diretora contava rindo, anos depois, que achou que tinha que dar a resposta que o Ministério queria: que só o espanhol era falado pelas crianças, que a interdição escolar tinha sido eficiente, que o português, visto em alguns contextos como “ameaça” à nacionalidade, tinha sido definitivamente encerrado dentro das fronteiras do Brasil. Mas já na época em que o Ministério perguntou, as funcionárias esperavam uma resposta positiva, afinal estavam ali para mudar uma secular política de monolingüajamento e substituí-la por uma política de bilingüajamento espanhol-português, implantando as *Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira*. As crianças da fronteira Paso de los Libres – Uruguaiana também tendem a pertencer a mais de uma comunidade linguística, a uma comunidade de práticas plurais.

Para uma melhor compreensão destas comunidades de práticas plurais gostaria de discutir três conceitos muito comuns em sociolinguística, e que descrevem algumas das situações do cotidiano fronteiriço, entre outros: 1) code-switching (ou alternância de código), 2) diálogo bilíngue, e 3) interlíngua.

*Code-switching* (em inglês, como é muitas vezes usado), ou *alternância de códigos* (em português) é um fenômeno do contato entre línguas, através de falantes bi- ou multilíngues, que ocorre quando o falante alterna entre duas (ou mais línguas) em uma mesma conversação.

Assim, em Ciudad de Leste, no Paraguai, um comerciante coreano pode se valer de várias línguas no seu dia de trabalho: fala português com um cliente brasileiro, vira-se para o lado e fala coreano com a sua filha, e um minuto mais tarde dirige-se em guarani a um carregador de mercadorias – como o que vemos acontecer também no belíssimo longa-metragem paraguaio, ambientado no mercado de Assunção, *Siete Cajas* (MANEGLIA e SCHEMBORI, 2012). Neste caso citado, a alternância de código ocorre para estabelecer a comunicação com interlocutores de diferentes línguas.

Em outros casos, a conversação entre duas pessoas pode se valer de mais de uma língua, conforme o assunto: o patrão dirige-se a um empregado em guarani quando quer convidá-lo para uma pescaria, para logo em seguida, depois do empregado aceitar o convite, falar com ele em espanhol sobre o que ainda precisa ser feito na loja até o final do dia... as mesmas duas pessoas podem usar uma língua para falar de uns assuntos e outra para falar de outros assuntos...

Outro modelo de comunicação muito comum nas nossas fronteiras é o do *diálogo bilíngue*, em que cada interlocutor fala a sua própria língua, enquanto entende a língua (diferente) que o parceiro de conversa está usando. Assim, num restaurante em Dionísio Cerqueira, cidade catarinense que faz fronteira seca com a cidade argentina de Bernardo de Irigoyen, em Misiones, um cliente argentino fala tranquilamente em espanhol com o dono do restaurante, que responde em português, sem que nenhum se sinta constrangido a mudar para a língua do outro, ou fazer a concessão de abandonar a comodidade de falar na sua própria língua.

Este modelo de comunicação fica facilitado na fronteira do Brasil, dado a maioria dos países vizinhos falarem espanhol, pela proximidade e, até certo ponto, pela transparência da intercompreensão entre o português e o espanhol, línguas que têm 82% de termos cognatos, isto é, advindos de uma raiz linguística comum, como *céu/cielo*, *pai/padre*, *nuvem/nube*, *irmão/hermano*. Em princípio, no entanto, o diálogo bilíngue pode acontecer com qualquer par de línguas em que ambos os interlocutores sejam bilíngues.

Este modelo de comunicação é o sistema oficial utilizado em organizações internacionais como o MERCOSUL, que não utilizam intérpretes nas suas muitas reuniões intergovernamentais. Assim, numa reunião de alto nível do Mercado Comum do Sul, bem como nas reuniões corriqueiras dos comitês e grupos de trabalho, os brasileiros falam normalmente em português e os argentinos, paraguaios, uruguaios e venezuelanos falam em espanhol, sem que isso traga qualquer dificuldade à compreensão ou ao trabalho conjunto, dado que os delegados têm, em geral, um bom conhecimento passivo da outra língua. É uma produtiva demonstração de como construir uma comunidade de sentidos – nesse caso, a comunidade decorrente do processo de integração ao MERCOSUL – usando não uma *língua comum*, mas um *bilinguismo passivo generalizado*.

A construção de uma *interlíngua*, em contraste, é a estratégia pela qual os participantes da comunidade de práticas linguísticas da fronteira aproximam a sua língua à língua do interlocutor, no nível do léxico, ou da fonologia, ou mesmo da morfologia/sintaxe, tanto para facilitar a comunicação, como para criar uma maior familiaridade (para diminuir a *estrangeiridade* da relação). Portunhol ou portuñol é o termo genérico usado para esta estratégia de aproximação, ainda que o termo seja usado, ao mesmo tempo, ocasionalmente, para fenômenos muito diferentes,



como por exemplo, o português falado no Uruguai ou em Misiones, razão pela qual o termo portunhol seja bastante impreciso.

Assim, um argentino numa feira de hortifrutigranjeiros em São Borja, Rio Grande do Sul, defronte a Santo Tomé, na Argentina, pede ao feirante brasileiro uma *lechuguinha*, porque ainda que não conheça a palavra *alface* em português, e por isso se arrisca pedindo a salada preferida em espanhol, *lechuga*, parece-lhe uma boa estratégia colocar um diminutivo que tem certeza de ser do português e – *voilà* – nasce a palavra *lechuguinha*, que pode não ser português, mas tem um certo ar de palavra do português...

Recentemente um grupo de poetas e literatos, dentre os quais se destaca o nome de Douglas Diegues, começou a usar essa *prática linguística*, o portunhol, com o nome de *portunhol salvaje*, como língua de criação literária, na interface entre o português, o espanhol e o guarani paraguaio, como podemos ver no trecho abaixo, do texto *El Arte de Olvidar*, postado pelo próprio D. Diegues no blog *Portunhol selvagem* em 9 de setembro de 2013. Este movimento literário demonstra assim a vitalidade do portunhol, de um lado, e, de outro, as suas múltiplas possibilidades em termos de apropriação identitária.

### El arte de olvidar

Non sei direito quem era la garota, nem seu nome, nem si era de familia rica e importante, y tudo lo que sei es que los três alunos idiotas musculosos le dieron duro a aquella yiyi hermosa, la ayudante de profesores de 27 anos, alli mesmo, nel gym del liceum, mientras los outros três alunos también idiotas y musculosos assistiam al show porno y um deles filmaba. Yo nunca había estudiado nessa droga de colégio.

Que as três estratégias acima descritas – a alternância de código, o diálogo bilíngue e o uso de uma interlíngua – nem sempre se separam totalmente na prática linguística cotidiana demonstra o trecho abaixo, oriundo do *Levantamento Sociolinguístico do Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira* (PEIBF) realizado na Escola “El Salto”, em Santa Elena de Uairén, na Venezuela, em 2009, na conversa com crianças venezuelanas de cinco e seis anos (OLIVEIRA; STURZA, 2012).

Exemplo I Entrevista I - 1º Ano, Escola “El Salto” (crianças de cinco e seis anos):

1 (...) G. Do que que vocês gostam de brincar na hora do recreio?

2 A1. Que dijo?

3 G. Do que que vocês brincam na hora do recreio?

- 4 V. Latope... (várias vozes)
- 5 G. Hum, de que?
- 6 A1. Latope
- 7 G. Como que é essa brincadeira?
- 8 A3. Yo tenía um perrito y me murió...
- 9 A1. Como se chamava o teu cachorro?
- 10 A3. Buchi
- 11 G. E tu tinha cachorro também?
- 12 A2. Ya murió, se llamava... princesa...
- 13 G. Princesa...
- 14 A4. La mía también se llamava princesa
- 15 G. Ah, duas princesas...
- 16 G. e de que cor era tua (gritos) era. Qual é a cor do teu cachorro?
- 17 As. Ah? 18 G. Qual é a cor, é preto, branco, marrom, verde, vermelho...
- 19 A4. (...) La cor de mi perro es vermelho
- 20 G. e do teu?
- 21 A1. azul...
- 22 G. Azul, um cachorro azul, que beleza...

Este *diálogo bilíngue* integrava um conjunto de instrumentos de diagnósticos sociolinguísticos desenvolvidos pelo IPOL. Nesta modalidade, cinco crianças de cada série eram levadas ao diálogo com um falante da outra língua (português com crianças venezuelanas e espanhol com crianças brasileiras), para testar os tipos de proficiência que emergem em cada idade e contexto. Assim, entrevistei crianças que usavam várias estratégias para conversar comigo: umas me faziam repetir a pergunta para entender melhor; outras se apoiavam nas respostas dos colegas para conseguir responder: deduziam o que eu estava perguntando pelas respostas em espanhol; outras já iam mais além e tentavam se aproximar ao português, como a que disse a frase que se tornou o título do artigo: *la cor de mi perro es vermelho* (e não ‘mi perro es de color rojo’).

Olhando a fronteira mais de perto, portanto, vemos uma gama de fenômenos sociolinguísticos, identitários e políticos que decorrem das interações das várias comunidades linguísticas em ambiente de multilinguismo, apesar de séculos ou

pelo menos décadas (nas fronteiras mais recentes) de ação homogeneizadora dos estados da região. Mas que, sendo uma área tão multilíngue, é ainda uma região, do ponto de vista das instituições e das políticas linguísticas, pouco plurilíngue...

Se as fronteiras, como outros espaços, são multilíngues, isso não quer dizer necessariamente que sejam plurilíngues. Temos feito a distinção entre o termo que aponta para a presença de várias línguas numa localidade ou sociedade – o *multilinguismo*, um termo descritivo, portanto. *Plurilinguismo*, em contraste, seria o termo que aponta para uma valorização positiva deste multilinguismo, a sua utilização como efetivo recurso para a vida das pessoas envolvidas nas práticas comunicativas em questão, para as instituições e para o país: somente neste caso falamos de *plurilinguismo*. Assim, as nossas fronteiras são espaços multilíngues, mas dada a geopolítica dos Estados e muito especialmente do Estado brasileiro, recém começam a ser espaços plurilíngues.

Berger (2015) investigou de que maneira uma escola de Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai, percebia e tratava as línguas faladas pelos alunos e as suas famílias, num contexto em que muitos estudantes são paraguaios, por exemplo. Estabeleceu a tabela abaixo, que descreve as atitudes dos docentes e gestores da escola frente ao multilinguismo dos alunos, atitudes que podiam ir de práticas de opressão, proibição, discriminação até práticas de reconhecimento e promoção das línguas, passando por polos intermediários, como a indiferença, a tolerância ou ao discurso retórico de reconhecimento, mas sem nenhuma ação prática concreta.

	[monolg] -	↔	+ [plurilg]
[+ passivo]	silêncio (indiferença > omissão > antipatia)		tolerância (simpatia > empatia)
↕	assimilação discriminação > incriminação		pluralidade discurso retórico > participação
[+ ativo]	silenciamento (opressão > proibição)		promoção (reconhecimento > ações)

Figura 1 - Contínuo das modalidades de Políticas Linguísticas.

Conclui que majoritariamente já não há, na escola investigada, políticas de repressão e desvalorização explícita das línguas das crianças, mas que tampouco há ações concretas de valorização, uso e promoção linguística, situando-se a atitude dominante no campo da tolerância e do discurso retórico de valorização. Assim, apenas muito lentamente, com o passar das décadas, ocorre a *descriminalização* do multilinguismo e a aposta nas vantagens do plurilinguismo e na conformação de uma sociedade plurilíngue.

Esta atitude da escola é certamente reflexo das atitudes da sociedade de modo geral: embora as políticas de monolinguajamento continuem hegemônicas – por crença, por hábito, ou por inércia – começa a despontar uma outra geopolítica que não mais a do monolinguajamento do Estado Nacional, uma *geopolítica do plurilinguismo*, já muito mais evidente em outros países que no Brasil.

## Considerações Finais

Na medida em que os Estados Nacionais evoluem, lentamente e com muitas resistências, para *Estados Pós-Nacionais*, que podem funcionar no quadro de uma cidadania com um leque amplo de identidades – também identidades linguísticas diversas – sem que isso se constitua como uma ameaça à sua integridade e unidade, o Estado deixa de saber gerir apenas a sua *língua oficial* ou *língua nacional* e apenas de nela investir, como até agora, e passa ser o gestor de um *hub linguístico*, com amplas consequências para as comunidades linguísticas.

Como um *hub* aeroportuário, que recebe voos de todo o mundo e os redistribui para outros tantos destinos, os novos países, geridos por Estados Pós-Nacionais, tenderão a ter uma cidadania crescentemente multilíngue, como já vemos acontecer nas grandes cidades do mundo, conectadas às suas comunidades linguísticas, espalhadas pelo mundo, em *territórios reticulares*, isto é, em redes, criando relações, conhecimento e valor através das línguas.

As fronteiras se ressignificam nesse novo contexto mundial, deixam de ser áreas anômalas no corpo do Estado Nação homogêneo: as suas características culturais e linguísticas passam a ser a normalidade. Deixam paulatinamente de ser periferias, consagradas, no imaginário de tantos, ao contrabando, ao tráfico, à criminalidade, e se colocam no centro dos processos integracionistas, do fluxo de pessoas, mercadorias e conhecimentos. Paulatinamente, pé ante pé, vamos passando de uma realidade multilíngue a políticas de plurilinguismo, de uma *geopolítica do monolinguajamento* a uma *geopolítica do plurilinguajamento*.

## Referências

- BERGER, Isis Ribeiro. *Gestão do Multi/Plurilinguismo em escolas brasileiras na fronteira Brasil-Paraguai: um olhar a partir do Observatório da Educação na Fronteira*. UFSC: Tese de Doutorado, 2015, 298p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/133000/333579.pdf?sequence=1>. [Consulta em 07.07.2016].
- DIEGUES, Douglas. *El arte de olvidar*. Blog Portunholselvagem, 2013. In: <http://portunholselvagem.blogspot.com.br/> [consultado em 01.08.2016]
- FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo, Parábola, 2016.
- FERNANDES, José Pedro Teixeira. *Geopolítica: conceitos e teorias de base*. 2015. In: <http://realpolitikmag.org/wp/wp-content/uploads/2015/10/1.-Geopol%C3%ADtica-conceitos-e-teorias-de-base.pdf> [consultado em 29.07.2016].

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. *Plurilinguismo no Brasil*. UNESCO, Brasília, 2008. In: [http://www.lacult.unesco.org/docc/Plurilinguismo\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.lacult.unesco.org/docc/Plurilinguismo_no_Brasil.pdf) [consultado em 29.07.2016]

OLIVEIRA, Gilvan Müller de; STURZA, Eliana Rosa. "La cor de mi perro es vermelha": mapeamento da situações linguísticas na fronteiras. Em STURZA, E. R.; FERNANDES, I. C. S. e IRALA, V. B. *Português e Espanhol*. Esboços, percepções e entremeios. Santa Maria, UFSM, PPGL Editores, 2012, p. 237-62.

RUIZ, Richard. Orientations in Language Policy. *NABE Journal*. Volume 8, Issue 2, 1984.

SAGAZ, Márcia e MORELLO, Rosângela. *Observatório da Educação na fronteira: Mapas Linguísticos. Florianópolis*. IPOL e Editora Garapuvu, 2014, 40p. Vide também: <http://obedf2010.blogspot.com.br/> [consultado em 29.07.2016]

MANEGLIA, Juan Carlos e SCHEMBORI, Tana. *Siete Cajas* [filme], Assunção, 2012. In: <https://www.youtube.com/watch?v=d2q7RBec2BY> [acesso em 29.07.2016]

SILVA, Sidney Antonio da. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Estud. av.*, São Paulo, v.20, n.57, p.157-170, Aug. 2006.

(Endnotes)

<sup>1</sup> Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística, de Florianópolis: <http://e-ipol.org/>

